

Combate às invasões

Mariana Branco

Uma das principais metas do Governo do Distrito Federal é acabar com as invasões de área pública. A tarefa, no entanto, promete não ser nada fácil, diante da quantidade de assentamentos que existe e devido ao fato de que, pouco tempo após serem desfeitos pelo poder público, eles se formam de novo. De acordo com o coronel Djalma Lins, subsecretário do Serviço Integrado de Vigilância do Solo (Siv-Solo), são pelo menos 560 invasões no DF: 380 em área urbana e 180 em áreas rurais.

"Os números mudam muito. Estamos constantemente atuando nos locais de ocupação, mas as pessoas acabam voltando", explica ele, acrescentando que entre as 560 invasões em áreas urbanas e rurais, que o Siv-Solo estima que existam hoje, estão incluídos tanto os assentamentos precários de catadores de lixo, latinha ou papelão, quanto condomínios que começaram como invasões e hoje estão consolidados, como Itapoã, Sol Nascente e Pôr-do-Sol.

"A sinalização do governo, por enquanto, é de que vai regularizar as áreas que já estão consolidadas. Mas mesmo nesses lugares se vêem barracos e construções novas, coisa que o GDF já avisou que não vai permitir. Além disso, sei que a Defesa Civil retirou algumas famílias que estavam em áreas com risco de erosão no Pôr-do-Sol", comenta o coronel Djalma.

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, responsável por prestar assistência às famílias que são removidas das invasões, explica que elas podem ser transportadas para a casa de parentes, ganhar passagens para suas cidades ou estados de origem, ou ser alojadas em albergues e abrigos. Tudo isso só acontece, no en-

tanto, caso as pessoas desejem receber alguma das formas de auxílio, o que na grande maioria das vezes, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento, não ocorre.

Segundo informou a Assessoria de Comunicação do órgão, grande parte dos moradores de invasões no DF tem casa em cidades próximas e vem para o Plano Piloto ou para as proximidades durante a semana para trabalhar como catadores de lixo, papel, papelão e latas. Outros não têm casa de parentes onde se alojar ou não querem voltar para a terra natal, em razão da falta de oportunidade. E todos resistem muito em ir para albergues.

■ Inserção social

A Secretaria de Desenvolvimento Social admite que as políticas existentes para atender os invasores são paliativas, e afirmou que está trabalhando em políticas de inserção social de longo prazo – formação de cooperativas, por exemplo – e que está atuando em conjunto com o vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, Paulo Octávio, para implementar, também, uma política de geração de empregos.

Para o professor Frederico Flósculo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), o Distrito Federal precisa investir urgentemente no desenvolvimento das cidades do Entorno e em regiões administrativas como Santa Maria, Samambaia e Ceilândia, a fim de que essas áreas possam absorver e dar uma vida digna a quem hoje mora em invasões.

"Não adianta tirar aquele cidadão da área invadida, porque o município dele também o expulsou. O problema é nosso e temos que encará-lo de frente. É preciso criar políticas de moradia e de desenvolvimento social", defende Flósculo.



■ A CATADORA DE PAPEL E PAPELÃO DAMIANA FARIAS VIVE COM O MARIDO E OS QUATRO FILHOS EM UMA INVASÃO NO SETOR DE CLUBES SUL

JOSEMAR GONÇALVES